

ISSN 2675-9934

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (EACH/USP)

№13 maio/2021

O I P P

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

Conselho editorial

Agnaldo Valentin
Alexandre Ribeiro Leichsenring
André Gal Mountian
Cristiane Kerches da Silva Leite
Graziela Serroni Perosa
José Carlos Vaz
Ursula Dias Peres
Valeria Barbosa de Magalhaes
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Editor

André Gal Mountian

Vice-editor

Agnaldo Valentin

Produção e divulgação

Beatriz Sant Anna Schipani
Viviani Oliveira Fernandes

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



Sumário

Pesquisas em Políticas Públicas

**Virada Argumentativa e Análise de Discurso em Políticas Públicas:
O I PND..... 6**

Andréa Martini Pineda, João Guilherme Rocha Machado

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

**O futuro é circular: um novo paradigma para produtos, sistemas e
cidades..... 16**

Léa Gejer

Qualidade de emprego: debates e dilemas teóricos 25

André Gal Mountian

Pesquisas em Políticas Públicas

Virada Argumentativa e Análise de Discurso em Políticas Públicas: O I PND¹

Andréa Martini Pineda², João Guilherme Rocha Machado³

1. Introdução

Nas últimas décadas ocorreu uma consolidação do campo de públicas no Brasil, evidenciado pela expansão no número de cursos de graduação, no aumento do número de publicações acadêmicas, utilizando variadas metodologias de análise de políticas públicas, e a aproximação com outros campos do saber.

Para Faria (2003, p. 22) existem 5 grandes vertentes analíticas de políticas públicas: as institucionais, aquelas que se debruçam sobre como atua e qual impacto de grupos e redes, as que destaca os condicionantes (sociais e econômicos) no processo de produção das políticas públicas, a teoria da escolha racional e as abordagens com foco no papel das ideias e do conhecimento.

Para este estudo nos debruçamos sobre esta última abordagem, ou seja, aquela que dá ênfase à linguagem e à argumentação na análise das políticas públicas chamada de “abordagem das ideias”, perspectiva “pós-positivista” (CAPELLA, 2011, p.180) ou simplesmente “virada argumentativa” (*argumentative turn*), termo utilizado em Fischer e Forester (1993) ⁴.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda em Administração Pública e Governo na FGV EAESP.

³ Doutorando em Administração Pública e Governo na FGV EAESP.

⁴ Para uma discussão de como a virada argumentativa nas políticas públicas faz parte de um movimento mais geral de incorporação das ideias pós-modernas a diferentes campos do conhecimento, ver Capella (2011).

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo propor uma breve reflexão sobre a análise de políticas públicas, a partir da análise crítica do discurso, dentro da perspectiva da virada argumentativa. Para isso, utilizamos como exemplo os resultados preliminares de uma análise crítica do discurso do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), realizada pelos autores.

Na próxima seção partimos de uma breve contextualização da virada argumentativa e os avanços práticos, teóricos e políticos que ela representou no campo das políticas públicas (FISCHER E FORESTER, 1993, p.14). Com base nesse panorama, na terceira seção trataremos rapidamente da Análise Crítica do Discurso (ACD) como um dos métodos possíveis para analisar as estratégias argumentativas utilizadas no processo de produção das políticas. Finalmente, na última seção, apresentamos, a título de exemplo, as conclusões preliminares - de um estudo em andamento - sobre os discursos e silêncios presentes no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado no Brasil entre 1972-1974 e aqui compreendido como um processo discursivo, permeado por ideologias.

2. Virada Argumentativa

Na década de 60, houve a chamada virada analítica, em que havia uma ênfase em técnicas e métodos para analisar políticas públicas, bastante baseado em conhecimentos da engenharia, matemática aplicada e economia. Desta forma, tratava-se uma visão da análise de políticas públicas com um predomínio da “técnica”: a política pública como a solução “eficiente” para um dado problema público, e sendo o campo de políticas públicas como domínio dos *experts* (CAPELLA, 2015, p. 16-17).

Após isso, diversas contribuições representaram uma ruptura com os pressupostos epistemológicos, ontológicos e teórico-metodológicos vigentes, identificados com o positivismo. Como característica comum destas novas abordagens, há um “reconhecimento de que sujeitos mobilizam ideias, ao se engajarem em disputas e negociações, e assim (re)configuram políticas públicas” (MARCONDES, 2019, p.33).

Assim, a partir de meados da década de 80 se dá a chamada virada argumentativa, em que se colocavam as ideias como elemento central para compreender as políticas públicas (CAPELLA, 2015, p.19) e a argumentação como um dos principais veículos pelo qual são realizadas as disputas em torno da caracterização dos assuntos públicos. Desta forma, dava-se ênfase às estratégias argumentativas: “metáforas, frases de efeito, imagens, ressonâncias culturais, esquemas argumentativos” (FUKS, 2000, p. 85).

Mais especificamente, colocava-se tanto a análise, como o planejamento e a produção de políticas públicas como processos práticos de argumentação, destacando o papel das ideias e do conhecimento. (FISCHER E FORESTER, 1993, p. 2). Ainda de acordo com os autores (FISCHER E FORESTER, 1993, p. 14), pensar em políticas públicas como processos práticos de argumentação permite refletir criticamente sobre as estratégias comunicativas e retóricas que tanto os analistas como os planejadores de políticas públicas utilizam para destacar soluções e problemas públicos específicos. Desta forma, permite ir além de pensar como os problemas públicos são resolvidos e refletir como eles são formulados. Isto é, pensar como é o processo argumentativo pelo qual uma dada questão transforma-se em um problema público passível de ser tratado por uma política pública. Da mesma maneira, abre caminho para refletirmos sobre como

a argumentação expressa ou contesta relações de poder e sistemas de crenças. (FISCHER E FORESTER, 1993, p. 14). Farah (2018, p.61) destaca ainda que, os valores e ideias influenciam como os problemas são determinados, em um processo em que há disputa política entre diferentes atores e grupos, e o envolvimento de fatores não racionais. Finalmente:

Como os políticos sabem muito bem, mas os cientistas sociais muitas vezes esquecem, a política pública é feita de linguagem. Seja na forma escrita ou oral, o argumento é central em todas as fases do processo político (MAJONE, 1989, citado por FISCHER e FORESTER, 1993, p. 1, tradução nossa).

Nesse sentido, o fator relacional desta abordagem estabelece uma conexão com os estudos da linguagem, como a Análise Crítica do Discurso por exemplo, como veremos na seção seguinte.

3. Análise Crítica do Discurso (ACD)

Como visto anteriormente, o estudo da linguagem e da argumentação são dimensões essenciais na perspectiva da virada argumentativa para a análise de políticas públicas. Esse movimento de aproximação com o simbólico, discursivo e de poder que a virada argumentativa propõe resgata diversas perspectivas teóricas: da análise da linguagem comum britânica ao pós-estruturalismo francês, da escola de Frankfurt da teoria social crítica a uma apropriação renovada do pragmatismo americano (FISCHER e FORESTER, 1993 p.02).

Em nossa pesquisa optamos pela Análise Crítica do Discurso (ACD) por seus interesses alinhados à virada argumentativa em compreender de que formas o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são produzidas, reproduzidas e resistidas por meio de discursos. Analisa-se a linguagem não como um ins-

trumento neutro, mas carregada de significados: relações de poder, relações de dominação, questões ideológicas, questões de hegemonias, etc. (ALVES et.al, 2006 p.06; Van Dijk, 2001). Desta forma,

Os objetivos críticos na análise do discurso visam elucidar as naturalizações (que parecem ser não pertencentes a uma ideologia, mas se tornam senso comum), tornar claras as determinações sociais e os efeitos do discurso que estão obscuros (FAIRCLOUGH, 1985, p. 28, tradução nossa).

Somado a isso, Phillips e Hardy (2002, p.6) identificam a Análise do Discurso como um método e metodologia simultaneamente. Mas, diferente de outras abordagens qualitativas tradicionais que trabalham para entender ou interpretar a realidade social como ela existe, a Análise do Discurso busca desmascarar a forma em que ela é produzida.

Em nossa pesquisa, analisamos a Lei 5.727, de 4 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971) que criou o I PND, utilizando como lente teórico-metodológica a Análise Crítica do Discurso (ACD), na perspectiva de Norman Fairclough - a fim de interpretar os poderes e discursos presentes em sua formulação. Destacamos, na próxima seção, algumas observações e conclusões preliminares desta análise.

4. Análise Crítica do Discurso do I PND

Há 50 anos atrás, em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi aprovado com vigência entre 1972 e 1974. Ele foi formulado durante o governo autoritário do general Médici, em um momento em que o país estava sob uma ditadura militar desde 1964.

Em linhas gerais, o Plano tinha como objetivo final o crescimento econômico, com a ambição de que o Brasil alcançasse o

oitavo posto de maior PIB do “mundo ocidental” e ultrapassasse a barreira dos US\$ 500 de renda per capita. (BRASIL, 1971, p.7).

Do ponto de vista de sua formulação, um primeiro aspecto que chamou a atenção em nossa pesquisa, é uma aparente “normalidade” e de seguimento de processos que seriam típicos de uma democracia, e não de um regime autoritário como o que tínhamos na época.

Nesse sentido, o projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional por meio da mensagem 74/1971 (BRASIL, 1972, p.3). Foi designada uma Comissão Mista para sua análise formada por parlamentares da Aliança Renovadora Nacional - ARENA (“pró-governo”), e do Movimento Democrático Brasileiro - MDB (“oposição”), únicos partidos representados no Congresso Nacional. A ARENA contou com a maioria dos membros, além de ficar também com a relatoria (BRASIL, 1972, p. 2-3). A comissão recebeu o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, que fez uma apresentação sobre o Plano (VELLOSO, 1972). Foram apresentadas emendas, das quais algumas foram incorporadas ao texto, que foi aprovado pela comissão (CONGRESSO NACIONAL, 1971, p.2), depois na Câmara dos Deputados e no Senado e sancionado pelo General Médici (BRASIL, 1972, p.1-2).

Desta forma, talvez o único aspecto que desnude este processo de aparente normalidade, seja a rapidez com que todo o trâmite no Congresso Nacional se deu: apenas 42 dias entre a mensagem enviada e a aprovação em Plenário.

Ainda em fase preliminar, as primeiras conclusões da pesquisa indicam que as escolhas linguísticas feitas pelo governo [militar] vigente à época, por meio de um texto ideologicamente construído, buscavam construir o ideário de que o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, explicitado pelo Plano, beneficiaria de forma equilibrada toda a população brasileira. Desta

forma, era apresentado como algo de “interesse geral”, como algo de senso comum e consensual. Daí sua opacidade e sua naturalização. No entanto, o que era apresentado como sendo de interesse geral, beneficiava mais a alguns grupos específicos, em detrimento de outros. São precisamente estes aspectos nos quais estamos concentrando-nos em nossa pesquisa.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, Mário Aquino; GOMES, Marcos Vinicius Peinado; SOUZA, Caio Motta Luiz de. Análise do discurso no Brasil: será ela crítica? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais**. Salvador: Anpad, 2006, p. 1-17.

BRASIL. **Lei no 5.727, de 4 de novembro de 1971**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1971. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74. Acesso em: 8 mai. 2021.

BRASIL. **Mensagem (CN) nº 74, de 1971**. Atividade Legislativa. Senado Federal. 1972. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/10063/pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. A linguagem da Administração Pública: um estudo sobre a abordagem pós-moderna. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 59, Jul./Dez.2011.

CAPELLA, A. C. N. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. **Ideias**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 13-34, 2015.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional. Seção 1, 28 de Outubro de 1971**. Brasília: Congresso Nacional, 1971.

Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD28OUT1971.pdf#page=10>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.

FARAH, Marta Ferreira Santos. 2018. Abordagens teóricas no campo da política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 69, edição especial Repensando o Estado Brasileiro, p. 53-84 dez. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman L. Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis. **Journal of Pragmatics**. n. 9, p. 739-763, 1985.

FISCHER, Frank; FORESTER, John. Editors' Introduction. In: FISCHER, Frank; FORESTER, John. (Eds.). **The argumentative turn in policy analysis and planning**. Durham: Duke University Press, 1993, p. 1-17.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro, n. 49, 2000.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda**. 2019. 332 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. **Discourse Analysis**. Londres: Sage Publications. 2002.

VAN DIJK, Teun van. Critical Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (Eds.), **The**

Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2001, p. 352 - 371.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **PND**: Revolução Social e Humana. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1972.

**Sociedade,
Políticas Públicas
e Gestão
Governamental**

O futuro é circular: um novo paradigma para produtos, sistemas e cidades

Léa Gejer⁵

A economia circular (EC) vem se mostrando relevante como um novo paradigma econômico-ambiental. Ainda que bastante discutida na última década, a economia circular tem se mostrado confusa na literatura, assumindo diferentes significados, abordagens, conceitos e métodos. Dessa forma, para entendermos quais os parâmetros e critérios precisamos levar em conta na transição para um novo modelo circular e regenerativo, iniciamos a discussão pelo entendimento crítico do atual sistema linear de produção e consumo, e da sua consequente relação com a sociedade e meio ambiente. Na sequência buscamos exemplificar novas soluções que têm surgido e critérios para a transição de produtos, sistemas e áreas urbanas para a economia circular.

No sistema produtivo linear, o qual vem sendo acelerado desde a Revolução Industrial, a sociedade extrai recursos, fabrica produtos, consome e descarta. E isso forma uma linha reta (Figura 1). Podemos apontar algumas questões que consideramos inviáveis no médio e longo prazo, e que se tornam cada vez mais evidentes e graves. Em uma ponta desta cadeia, a extração desenfreada gera o esgotamento iminente de recursos, já que muitos deles não são renováveis. Na outra ponta, observamos um acúmulo de resíduos, produzindo poluição de vários tipos no

⁵ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Gestão Ambiental Urbana (Wageningen University) e Doutoranda no Programa de Arquitetura, Tecnologia e Cidades (Unicamp). Fundadora da Flock e Ideia Circular.

ar, nos solos e nas águas. E, permeando todo o sistema, a toxicidade embutida nos materiais e produtos causam problemas graves para a nossa saúde e meio ambiente.

Figura 1. Sistema linear de produção e consumo



Fonte: Ideia Circular

Olhando para estas questões, ainda em 1962, Rachel Carson publicou uma série de três partes no *The New Yorker*, os quais compuseram posteriormente o seminal livro *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1962). A publicação inicia com uma “Fábula para o Amanhã”, em que alerta para um futuro distópico, mas provável. A autora, que passou mais de seis anos pesquisando e documentando o mau uso de pesticidas químicos poderosos e persistentes, chama a atenção para seus danos potenciais a toda a biota. Ela traz à tona como interesses industriais do sistema corrente, principalmente através do uso do pesticida DDT, haviam causado danos à vida selvagem, como pássaros, abelhas, animais agrícolas e domésticos, e até mesmo aos seres humanos. O grande alarde da publicação resulta em uma série de movimentos para garantir o futuro do planeta e toda a vida na Terra.

Desde então, estratégias para a ‘sustentabilidade’ dos sistemas começam a surgir em diferentes âmbitos governamentais e empresariais nas próximas décadas. Pautando a redução, mitigação ou compensação de danos, essas soluções têm trazido muitas vezes um viés único de **eficiência**, com caráter quantitativo.

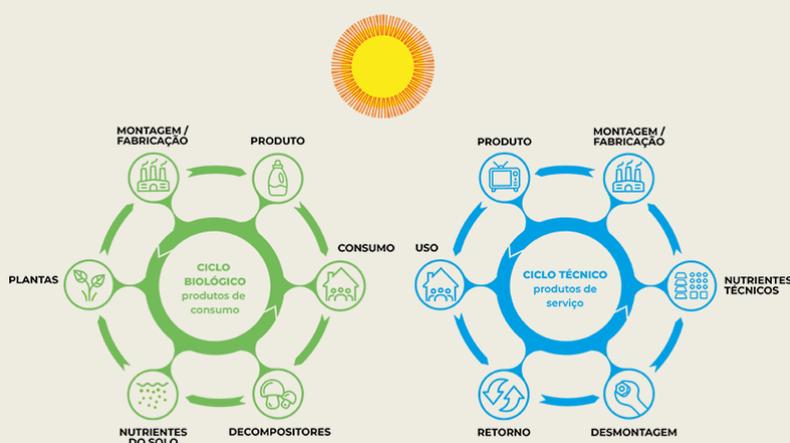
Basicamente, cria-se benefícios temporários para retardar os efeitos das crises ambientais. No entanto, se analisarmos mais profundamente, essas ações, se isoladas, não alteram o próprio sistema e nem seus efeitos, porque continuamos extraindo, descartando e poluindo, só que um pouco menos. Pense em uma imagem de um carro indo para um abismo. Mesmo se desacelerar, ele continua na mesma direção. Diferentemente – ou evolutivamente ao modelo de ‘sustentabilidade’, a ‘economia circular’ propõe alterar o rumo do atual sistema produtivo, trazendo uma nova lógica de se criar e consumir. Para transformar esse sistema linear em uma economia circular, precisamos desenhar sistemas inteligentes e saudáveis, que mantenham o valor dos recursos em circulação de forma contínua e permanente.

No livro *Cradle to Cradle* (MCDONOUGH; BRAUNGART, 2002), uma das mais influentes bases teóricas da economia circular, McDonough e Braungart afirmam que a questão econômica-ambiental não deve ser pautada apenas na minimização de danos ou redução de impactos negativos. Para tanto, os autores propõem a criação de materiais, produtos, edifícios e cidades intencionalmente positivos. Estes devem ser projetados desde o início refletindo o que pode acontecer em seu próximo ciclo, ou próximo berço – por isso *Cradle to Cradle* (que em inglês significa ‘do berço ao berço’). Os autores sugerem que devemos olhar para a natureza e mimetizar a sua inteligência em nossos sistemas industriais. Uma árvore, por exemplo, não é **eficiente**, ela não economiza. No olhar da eficiência, uma árvore estaria desperdiçando muitas das suas flores, frutos e sementes, os quais são gerados, mas não necessariamente vão germinar. Mas, ao contrário, esta árvore é parte de um sistema maior, regenerativo e distributivo, e está alimentando outras espécies ao seu redor, que, em troca, vão eventualmente nutri-la e trazer prosperidade.

Aqui saímos de um paradigma de **eficiência** para o de **efetividade**.

Neste novo paradigma, enxergamos resíduos como alimentos, uma vez que na natureza não existe lixo (na realidade, lixo é um conceito inventado apenas pelos seres humanos – e por isso falamos que é um erro de design) (IDEIA CIRCULAR, 2015). E, portanto, cabe a nós – seres humanos, desinventá-lo. Uma das principais contribuições do *Cradle to Cradle* é que produtos e materiais devem ser projetados de forma a retornar com segurança à biosfera ou tecnosfera (Figura 2). Na biosfera circula tudo aquilo que vem da terra e volta para a terra. São produtos que consumimos e vão retornar para o ecossistema natural. Por exemplo, quando usamos um xampu, lavamos a cabeça e a enxaguamos. O xampu escoar pelo ralo junto com a água e passa a fazer parte do sistema hídrico. E por isso, ele deve ser desenhado como um nutriente para retornar para a biosfera. Já na tecnosfera, circulam materiais que não renováveis, como metais e plásticos, que, se projetados para isso, podem circular de forma contínua, como nutrientes para a indústria.

Figura 2. Biosfera e Tecnosfera



Fonte: Ideia Circular, 2021.

Materiais híbridos biológicos e técnicos, que não podem ser desmontados ou dissociados, vão na contramão da economia circular. Um exemplo são os tecidos feitos de fibras mistas de PET com algodão. O PET é um tipo de plástico e pertence à esfera técnica. E é um material que tem uma alta capacidade de ser reciclado muitas vezes e ainda assim manter boa qualidade. Já o algodão é um material biológico, uma planta, que pode ser compostado naturalmente. Ao misturar os dois, criamos uma trama híbrida, e é muito difícil de separar os materiais originais com a mesma qualidade. Ainda que a intenção inicial possa ser boa – porque foi dado um uso para um material que iria para o lixo, apenas prolongamos um pouco a sua vida útil, mas provavelmente, depois de alguns anos vai acabar indo para o aterro sanitário da mesma forma.

Quando ficamos presos a este tipo de material, que não são facilmente recicláveis, ou ainda por aqueles que são compostos com substâncias tóxicas, é melhor investir a nossa energia para criar novos materiais positivos, do que em encontrar maneiras de recirculá-los com baixa qualidade. Nesse sentido, diversos materiais têm surgido como grandes soluções para substituir materiais problemáticos, como isopores feitos a partir de micélio de fungo; pratos, copos e talheres descartáveis em fibra de mandioca; tecidos feitos com folhas bananeira, couro com casca de abacaxi ou cactus; ou ainda produtos de limpeza compostos unicamente de substâncias naturais provindas de óleos extraído da casca de laranja.

E aqui podemos trazer outro importante valor para a economia circular, a **diversidade**. Olhando para a natureza novamente, sabemos que a diversidade fortalece e regenera os ecossistemas. Sistemas naturais mais complexos e diversos tendem

a ser menos vulneráveis e mais resilientes. E, para além da biodiversidade, podemos pensar na diversidade de culturas, de contextos locais, e de soluções para os problemas. E este é uma grande oportunidade para potencializar o que temos de melhor nos países em desenvolvimento.

Podemos ilustrar este potencial ao comparar dois exemplos que abordam o tema de solução para embalagens descartáveis dentro do paradigma circular. No primeiro, a empresa Terracycle criou um ‘serviço de embalagens’, a Loop, que está em andamento em grandes cidades do hemisfério Norte, como Paris e Nova York. O projeto oferece um sistema de logística que entrega produtos em embalagens reutilizáveis para o consumidor. Depois do consumo, a empresa recolhe as embalagens, higieniza e transporta de volta para os produtores, que as reiniciam o ciclo (TERRACYCLE, 2021). A solução trabalha com a substituição de embalagens descartáveis, de plástico ou de papel, por embalagens reutilizáveis e retornáveis, como aço inox, vidro e plásticos mais resistentes – embalagens mais robustas, duráveis e muitas vezes mais caras. O projeto foca em um público específico e ‘consciente’ de países com maior estabilidade financeira, e que pode arcar com este valor.

O segundo exemplo é a Algramo, uma empresa chilena, na qual o CEO partiu do entendimento de que as embalagens plásticas de produtos básicos como de alimentos e produtos de higiene aumentam muito o custo do produto, o que pode influir muito para o acesso de famílias de baixa renda nas periferias de grandes cidades de países em desenvolvimento. A solução também foi de transformar as embalagens em ‘serviços’, através da venda dos produtos com máquinas a granel, que distribuem as mercadorias em potes reutilizáveis. Alguns produtos chegam a

ter o preço reduzido em 40%, e a empresa estima que já conseguiu impactar mais de 250.000 pessoas somente em Santiago do Chile, que agora podem ter maior acesso a essas mercadorias. O projeto é um exemplo de como olhar para as necessidades locais, e pensar a partir de uma nova lógica, conectando tecnologia com questões ambientais e sociais (IDEIA CIRCULAR, 2021).

Além disso, para fortalecer a diversidade, é preciso ter um olhar mais **sistêmico** dessas questões, prestando atenção em como captamos e produzimos os recursos que consumimos todo o tempo como alimentos, energia e água. Para isso, passamos de um olhar da escala de materiais e produtos industriais e expandimos o pensamento para como exploramos os recursos em nossos edifícios, cidades e áreas adjacentes das quais dependemos.

Podemos, por exemplo, repensar em outros meios para tratar as águas urbanas. Um modelo é o biosistema integrado, com o qual a ONG brasileira 'O Instituto Ambiental' vem tratando águas cinzas e negras de comunidades no Brasil e América Latina através de uma série de filtros que utilizam plantas macrófitas e tanques de peixes. Ao reciclar os nutrientes de efluentes domésticos, o sistema também recupera o metano presente na decomposição orgânica do lodo para a produção de gás doméstico e fertilizante para agricultura. Em vários sistemas implementados, os próprios moradores o operam, e, a partir dos seus resíduos, recebem água potável, biogás e alimentos, além de apoiar a biodiversidade e saúde pública da região (IDEIA CIRCULAR, 2021).

Dessa forma, a abordagem circular relacionada aos **sistemas urbanos** cobre três qualidades fundamentais e complementares, que podem guiar o desenvolvimento de comunidades resilientes a novas condições naturais e humanas que tendem a se

formar. Primeiro, as cidades devem ser **regenerativas**, ao investir na capacidade dos sistemas urbanos de crescer e prosperar, enquanto conservam os recursos dos sistemas de que dependem ao longo do tempo. Segundo, tecidos urbanos circulares devem ser **distributivos**, criando uma rede de padrões e projetos que conectam e fortalecem as diversas camadas urbanas e regionais. Por fim, essas áreas devem ser desenvolvidas de acordo com um **olhar local**, explorando as mais diversas potencialidades para beneficiar as práticas circulares.

Concluindo, neste momento tão importante, em que estamos nos direcionando para a saída da atual pandemia, que tem sido uma situação única em nossas vidas, temos a oportunidade de **reconstruir** um mundo de uma forma melhor. A economia circular e o *Cradle to Cradle* podem guiar essa reconstrução. Em diferentes propostas, possibilidades e escalas, a principal ideia é que a gente possa trabalhar a favor da natureza, o que permite que a gente consiga se reinventar nesse novo ciclo que está chegando de uma forma mais abundante e regenerativa.

Referências Bibliográficas

CARSON, R. *Silent Spring*. Anniversar ed. [s.l.] Houghton Mifflin Company, 1962.

IDEIA CIRCULAR. **Ideia Circular**. Disponível em: <<https://www.ideiacircular.com/manifesto/>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

IDEIA CIRCULAR. **28 estudos de caso economia circular**. [s.l.: s.n.].

MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M. *Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things*. New York: North Point Press, 2002.

TERRACYCLE. **Loop**. Disponível em: <<https://loopstore.com/>>.
Acesso em: 1 jul. 2021.

Qualidade de emprego: debates e dilemas teóricos

André Gal Mountian⁶

1. Introdução

As análises tradicionais sobre o mercado de trabalho põem em foco, em geral, variáveis quantitativas, como a taxa de desemprego e a renda média do trabalhador. No entanto, tem havido um reconhecimento crescente por parte da literatura especializada de que a qualidade dos empregos criados (e destruídos) também merece atenção. Tal reconhecimento ganhou destaque especialmente após o crescimento dos contratos alternativos ao contrato padrão, reflexo da reestruturação produtiva em vigor nos países desenvolvidos, a partir do final da década de 1970. Novas relações de trabalho têm sido estabelecidas, com efeitos ambíguos e contraditórios em termos da qualidade de vida no trabalho.

O objeto de estudo deste ensaio é a qualidade de emprego. Apesar de não ser uma preocupação nova, foi a partir do final da década de 1990 que o tema ganhou destaque na agenda de instituições internacionais, com o trabalho decente, no âmbito da OIT, e o *Laeken Indicators*, na União Europeia. O objetivo do artigo é apresentar o debate sobre a qualidade de emprego em nível internacional e seus principais dilemas.

2. Por que se preocupar com a qualidade de emprego?

Na última década, os estudos sobre qualidade de emprego tiveram grande desenvolvimento, tanto na academia quanto em

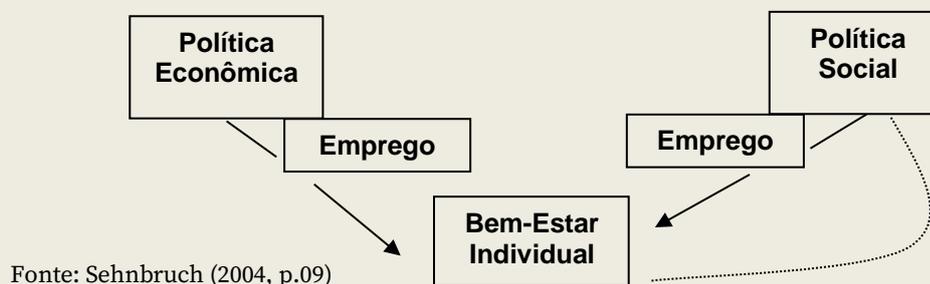
⁶ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP).

instituições internacionais. Destaca-se nesse processo o lançamento do trabalho decente, em 1999, pela OIT, e do *Laeken Indicators*, em 2001, no âmbito na Comissão Européa. Apesar destes avanços, a preocupação com variáveis qualitativas ainda não foi incorporada pela literatura internacional, que continua trabalhando prioritariamente com indicadores quantitativos, como a taxa de desemprego. (DAVOINE *et al.*, 2008, p.164).

De acordo com Sehnbruch (2004, p.4-10), o mercado de trabalho é um tópico negligenciado na literatura sobre Desenvolvimento Econômico e tal negligência acaba por desconsiderar os vínculos da questão do emprego e o bem-estar individual⁷. A autora defende a ideia de que o mercado de trabalho é, na verdade, o principal veículo de transmissão das políticas econômicas e sociais à esfera do indivíduo e, como tal, deveria ser parte integrante do debate sobre Desenvolvimento.

⁷ De acordo com a autora, o mercado de trabalho é tratado como um tema secundário na literatura sobre Desenvolvimento Econômico, especialmente quando comparado com outros temas, como programas de ajuste estrutural, privatizações, liberalização financeira e comercial, focalização de políticas sociais etc. Livros padrões da disciplina não dedicam capítulos específicos ao tema, ou, quando o fazem, tratam de questões específicas, como a segmentação formal/informal nos países em desenvolvimento (SEHBRUCH, 2004, p.4-5).

Figura 01. Transmissão das políticas econômicas e sociais ao indivíduo por meio do emprego



Fonte: Sehnbruch (2004, p.09)

Como mostrado na Figura 01, a ideia é de que determinadas políticas econômicas, ao estimular o crescimento do produto, alcançam o indivíduo por meio da criação de empregos. Da mesma forma, a política social impacta o indivíduo, prioritariamente, pelo mesmo caminho, o emprego⁸. O acesso ao Sistema de Seguridade Social depende do contrato de trabalho estabelecido, que, por sua vez, garante uma série de benefícios, como seguro-desemprego, licença-maternidade, seguro contra acidente de trabalho e aposentadoria. No entanto, o tamanho do impacto do emprego no bem-estar dos trabalhadores dependerá não somente da existência das ocupações, mas dos seus atributos, que envolvem uma série de dimensões, como o salário, estabilidade, *status* contratual etc. (SEHNBRUCH, 2004, p.7-10).

Nesse sentido, há um reconhecimento crescente entre os estudiosos do mercado de trabalho de que, além da capacidade de criação de empregos, o estudo da qualidade dos empregos criados merece pelo menos igual atenção. Bustillo *et al.* (2011, p.448), por exemplo, observam que um trabalhador europeu de tempo integral passa, em média, 42h por semana no emprego

⁸ Como mostrado na Figura 01, a política social também pode atingir diretamente o indivíduo por meio de transferência de renda ou de serviços públicos. No entanto, tendo em vista que os beneficiários de transferências também podem trabalhar, é possível considerar esse efeito exclusivo como marginal.

(20h para tempo parcial) e o que acontece nesse período terá consequências sobre seu bem-estar. Os autores enfatizam que o trabalho não é somente um meio de sobrevivência, mas atua como um instrumento de realização pessoal e integração social. Assim, a qualidade de vida no trabalho é um elemento-chave para a qualidade de vida em geral das pessoas. Já Sehnbruch (2004, p.10) chama a atenção para o fato de que o emprego não somente impacta as capacidades da pessoa que trabalha, mas de toda a família. Se este trabalho for estável, com uma renda regular, a tarefa de planejar a educação dos filhos é facilitada. Do contrário, os filhos podem entrar precocemente no mercado de trabalho e ter sua formação educacional prejudicada.

Em tempos de profundas mudanças no mercado de trabalho, o acompanhamento da qualidade dos empregos criados e destruídos pode ajudar a compreender as mudanças societárias. Muitos autores têm destacado que o mundo do trabalho vem passando por importantes transformações nas últimas décadas, cujas origens repousam nas mudanças estruturais da economia global, em vigor a partir de meados da década de 1970. De acordo com Green (2006, p.06), estas mudanças dizem respeito ao crescimento do setor de serviços, aos avanços tecnológicos que perpassam toda a economia, às novas ou reformuladas ideologias de gestão, à progressiva retirada do Estado como produtor direto de bens e serviços, à globalização do comércio e da produção e à conseqüente intensificação da competição internacional.

Green (2006, p.4) avalia que as mudanças no mundo do trabalho são ambíguas nas economias ricas: de um lado, uma parcela dos trabalhadores tem experimentado maiores salários, realizado trabalhos mais qualificados e se tornado mais empoderada.

De outro lado, o trabalho tem se tornado mais intenso e acarretado maior estresse, deterioração do equilíbrio vida-trabalho, estagnação dos salários dos trabalhadores não qualificados e crescente insegurança. Desta forma, o autor identifica uma contradição, que reside na ausência de uma relação positiva entre o aumento da riqueza, verificado nos países da OCDE a partir da década de 1970, e a melhoria da qualidade de emprego. Isto porque, durante o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, conhecido como os anos dourados do capitalismo, existia um quase consenso de que, se as condições para a afluência fossem mantidas, a qualidade de emprego melhoraria em paralelo. Segundo o autor, “...this mix of changes breaks any simple connection that one might have expected to find between rising affluence and improved quality of work life” (GREEN, 2006, p.04).

Já Cacciamali (2001) analisa as mudanças no universo do trabalho a partir dos paradigmas das relações de trabalho de dois regimes de acumulação: fordista-taylorista e ohnista-taylorista. De acordo com a autora, os mercados de trabalho dos países industrializados estabeleceram, durante os trinta anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra, um tipo relação de trabalho caracterizado pelo contrato padrão: contrato de trabalho por tempo indeterminado e tempo integral, sujeito a um único empregador, em um local fixo, especificando funções e atividades a serem exercidas, os salários incorporando ganhos de produtividade, com negociação coletiva mediada pelo Estado e corrigidos pela inflação. Esta era a relação salarial do modelo de acumulação industrial-fordista (CACCIAMALI, 2001, p.7-8). De outro lado, a relação de trabalho do modelo flexível – ohnista-taylorista – rompe com os componentes principais do contrato

padrão, cujo objetivo é buscar rápido ajustamento no uso do trabalho, em virtude da concorrência internacional e da evolução tecnológica. Foram introduzidos contratos alternativos ao contrato padrão, em especial contratos por tempo determinado e tempo parcial. Nesse sentido, muitos autores entendem a relação salarial do modelo flexível como precarização das relações de trabalho, uma vez que insere maior insegurança e menor tempo de permanência no emprego, fato que prejudica a capacitação do trabalhador no local trabalho, além de acarretar efeitos deletérios ao financiamento da Seguridade Social Pública.

Por último, a dicotomia qualidade *versus* quantidade de empregos, para muitos analistas, é falsa, ou seja, criar “bons empregos” contribui para o crescimento do produto e para a criação de novas ocupações. Davoine *et al.* (2008, p.184-185) afirmam que há *links* entre segurança do trabalhador, entendido em sentido lato, e crescimento econômico, devido ao aumento da produtividade. A ideia é de que a proteção social mantém e incrementa o capital humano, por meio do seguro-desemprego e das políticas ativas do mercado de trabalho, aumentando a produtividade da força de trabalho.

3. Em busca de um conceito

É possível afirmar que a qualidade de emprego tem sido uma preocupação ao longo da história do pensamento econômico e, de certa maneira, tem informado sua evolução e desenvolvimento⁹. Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, apesar de celebrar a divisão do trabalho no capitalismo nascente, já alertava dos efeitos deletérios do trabalho repetitivo, que transformaria

⁹ Aqui se entende emprego de uma perspectiva mais ampla, pois a categoria emprego ganhou significado diferente ao longo dos séculos.

as pessoas em seres estúpidos e ignorantes¹⁰. O conceito de alienação de Karl Marx, ligado à separação das atividades de concepção e execução do trabalho, também mostrava a preocupação do autor com a vida no trabalho. De acordo com Bustillo (2009, p.47), o conceito de alienação de Marx foi o ponto de partida dos estudos sociológicos sobre qualidade de emprego, que enfatizam os aspectos intrínsecos do trabalho como determinantes do bem-estar dos trabalhadores. Há duas vertentes nesta tradição: uma mais objetiva, que põe em foco as habilidades (Braverman), e outra mais subjetiva, que está centrada nos sentimentos de impotência e isolamento dos trabalhadores (Blau-ner)¹¹.

A abordagem econômica convencional sobre a qualidade de emprego reside na teoria dos diferenciais compensatórios de salários. A ideia é de que existe um mecanismo de compensação entre o salário e um conjunto de variáveis não monetárias, chamadas de amenidades. Segundo esta abordagem, empregos com atributos completamente diferentes poderiam ter o mesmo valor para um indivíduo, desde que existisse uma compensação salarial pelas características não valorizadas. Analisando a questão sob esse prisma, não haveria problemas em avaliar a qualidade do emprego com um único indicador, a renda, uma vez que o mercado teria a capacidade de homogeneizar as diferenças de qualidade dos empregos pagando salários maiores a empregos

¹⁰ Sennett (2004) faz uma interessante discussão sobre o trabalho repetitivo em Diderot e em Smith.

¹¹ De acordo com Braverman, o desenvolvimento da organização industrial exacerbou o problema da alienação descrito por Marx ao separar os processos de concepção e execução, acumulando conhecimento e autoridade nas mãos dos administradores. Os trabalhadores perderam autonomia devido ao processo de mecanização e racionalização industrial. Segundo o autor, o século XX foi um período de degradação do trabalho. No mesmo período, outro sociólogo, Daniel Bell, apresentou uma argumentação oposta. Segundo o autor, os EUA não eram mais uma sociedade industrial e, nessa nova estrutura, o conhecimento era o fator de produção chave (BUSTILLO, 2009, p.47).

de pior qualidade. Bustillo *et al.* (2009, p.46) afirma que há estudos empíricos que evidenciam que tal mecanismo de compensação não se verifica na prática. Nesse sentido, os autores afirmam que há duas abordagens, ainda no campo da Economia, que explicam a persistência de empregos de má qualidade, não compensados pelo salário. A primeira avalia que as hipóteses necessárias para tal compensação não se verificam no mundo real: informação perfeita dos trabalhadores sobre o valor das desutilidades associadas ao trabalho, competição perfeita e pleno emprego. Já a segunda, entende que, mesmo que as hipóteses fossem satisfeitas, a livre negociação entre patrões e empregados não alcançaria a combinação que melhor se ajustaria às preferências dos trabalhadores.

Outra linha de investigação da qualidade de emprego vem da literatura sobre saúde e segurança no trabalho. Para estes autores, o trabalho é um *locus* de doenças físicas e mentais. Uma questão interessante é que, até os anos 1970, a literatura estava focalizada em riscos e perigos típicos de uma organização industrial, a maior parte de natureza física. Após os anos 1980, com o declínio da manufatura, o foco dos estudos mudou para os riscos psicológicos e os determinantes de estresse no trabalho (BUSTILLO *et al.*, 2009, p.48).

A literatura disponível parece evidenciar que a qualidade do emprego é um fenômeno multidimensional, já que apresenta uma diversidade de aspectos relacionados com o trabalho que afetam o bem-estar dos indivíduos. Farné (2003, p.17) afirma que pesquisas feitas com trabalhadores evidenciam que, embora a variável renda seja muito valorizada, ela não é a única, ou sequer a mais importante, numa escala de valores qualitativos. Bustillo *et al.* (2009, p.37), por exemplo, discute uma pesquisa realizada em 2005 pelo *International Social Survey Program* na

qual foram selecionadas variáveis, salariais e não salariais, para serem julgadas por trabalhadores de 32 países¹². Os resultados mostraram que uma renda alta não é a variável mais valorizada pelos trabalhadores da Europa, do Japão e dos Estados Unidos. A dimensão mais valorizada pelos entrevistados da Europa e dos Estados Unidos, e em segundo lugar do Japão, foi a segurança no trabalho [*job security*]. Os trabalhadores também se mostraram muito preocupados com a natureza do trabalho, se é interessante ou não, e com sua utilidade para a sociedade (BUSTILLO, *et al.*, 2009, p.37).

Em 1999 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou o conceito de trabalho decente na 87^a reunião da Conferência Internacional do Trabalho levando em consideração as transformações ocorridas nas últimas duas décadas na economia global, que afetaram profundamente o mercado de trabalho. A instituição está preocupada com a promoção do trabalho decente, e não somente com a quantidade de empregos: “*The goal is not just the creation of jobs, but the creation of jobs of acceptable quality. The quantity of employment cannot be divorced from its quality*” (ILO, 1999, p.03). De acordo com a instituição, o trabalho decente é o foco de convergência de seus quatro objetivos estratégicos: (ILO, 1999, p.03).

- (i) emprego,
- (ii) proteção social,
- (iii) direitos do trabalho
- (iv) diálogo social

¹² As variáveis destacadas na pesquisa foram: renda, oportunidade de crescimento, segurança no trabalho [*job security*], interesse do trabalho, utilidade para a sociedade, ajudar outras pessoas, trabalhar de forma independente e equilíbrio entre vida profissional e familiar (BUSTILLO, *et al.*, 2009, p.37).

Ghai (2003, p.113) afirma que o conceito de trabalho decente não se aplica apenas à economia formal, mas também aos trabalhadores assalariados da economia informal [*unregulated*], aos trabalhadores por conta própria [*self-employed*] e àqueles que trabalham em domicílio [*home workers*]. O conceito refere-se a oportunidades de emprego e remuneração (em dinheiro ou espécie), além de envolver questões de segurança e condições saudáveis no trabalho. Ainda segundo o autor, as outras duas variáveis enfatizam as relações sociais dos trabalhadores, isto é, os direitos fundamentais do trabalho – liberdade de associação, não discriminação no trabalho, ausência de trabalho forçado e infantil e o diálogo social – direito de apresentar suas ideias, de defender seus interesses e de negociar questões ligadas ao trabalho com os empregadores e as autoridades.

De acordo com Bustillo *et al.* (2011, p.447), apesar da crescente preocupação de pesquisadores e instituições internacionais sobre a questão da qualidade de emprego, a falta de consenso sobre seu conceito e operacionalização tem impedido o tema de ganhar a relevância que merece em termos de política social e de emprego. Segundo os autores, a agenda do trabalho decente da OIT e as políticas no âmbito da União Europeia dificilmente conseguirão superar o nível da retórica se não houver consenso internacional sobre o que é qualidade de emprego e como pode ser medida.

Com relação à construção de indicadores de qualidade de emprego, Bustillo *et al.* (2011, p.456-457) chamam a atenção para o fato de que eles devem ser limitados aos atributos do trabalho que impactam clara e diretamente o bem-estar dos indivíduos. Ou seja, nem todo atributo do trabalho, mesmo que importante, deve ser considerado, como, por exemplo, a sua produtividade.

Da mesma forma, atributos que impactam o bem-estar dos trabalhadores, mas não são atributos do trabalho em si, devem ser desconsiderados, como distribuição de renda e disponibilidade de empregos. Nesse sentido, os autores mencionam que os indicadores de trabalho decente e o Laeken Indicators não são, estritamente, indicadores de qualidade de emprego, pois incluem variáveis que fogem deste critério. Os autores propõem que a qualidade de emprego deve ser dividida em dois grandes grupos: *employment quality* e *work quality*. O primeiro diz respeito aos aspectos da relação do emprego que impactam o bem-estar dos trabalhadores: aqueles relacionados ao contrato de trabalho, remuneração, jornada e desenvolvimento da carreira. Já *work quality* se refere à atividade do trabalho em si: autonomia, intensidade, ambiente social e físico etc.

Bustillo *et al.* (2011) argumentam fortemente em favor da necessidade de um indicador de qualidade de emprego que auxilie no monitoramento e possa ser utilizado em comparações internacionais. Os autores indicam três opções metodológicas para tal fim: (i) a primeira é utilizar a satisfação no emprego como indicador de sua qualidade. Ao invés de estudar as características do trabalho que afetam o bem-estar dos trabalhadores, utiliza-se o processo reverso, qual seja, estudar o bem-estar dos trabalhadores. Como não há um meio direto para tal, a satisfação declarada no emprego é usada como indicador¹³; (ii) a segunda opção é perguntar aos trabalhadores o que faz um bom trabalho,

¹³ Green (2006) chama a atenção para o fato de as pesquisas sociais de satisfação, entre elas o *International Social Survey Program*, representarem grande inovação no campo das Ciências Sociais. No entanto, Bustillo *et al.* (2011) não entendem que a satisfação declarada no emprego seja um bom indicador de sua qualidade, em especial porque a satisfação pode ser influenciada por outras variáveis, não relacionadas com a qualidade de emprego, como, por exemplo, a adaptação das expectativas e a preocupação dos trabalhadores com a sua posição relativa, e não absoluta.

e, então, usar suas respostas para construir um modelo de qualidade de emprego. Uma das vantagens desta abordagem é que muitas pesquisas sobre qualidade de vida no trabalho (*quality of work in life*) incluem questões sobre desejabilidade de atributos específicos do trabalho; (iii) a terceira alternativa é utilizar a literatura das Ciências Sociais que estuda a qualidade de emprego, no sentido de construir um arcabouço teórico para o fenômeno. Segundo os autores, a melhor forma de construir um indicador do tema é fazer um misto da segunda com a terceira estratégia.

4. Considerações Finais

O artigo mostrou que a qualidade de emprego é uma peça fundamental para a compreensão do mercado de trabalho. A análise por meio de um indicador único, como a taxa de ocupação ou a renda média do trabalhador, não permite analisar como é a vida no trabalho. Tal conhecimento é importante, uma vez que os indivíduos passam parte significativa do seu tempo no ambiente profissional, e as características do emprego podem ampliar ou restringir as capacidades dos trabalhadores.

No entanto, o reconhecimento da importância da qualidade de emprego não se refletiu na maior parte dos estudos sobre mercado de trabalho, que continuam adotando um enfoque puramente quantitativo. No plano internacional, ainda não há consenso sobre o que é qualidade de emprego e em como mensurá-la. Uma das dificuldades para uma definição consensual são os condicionantes políticos, que acabam se tornando um entrave no âmbito das instituições internacionais, em especial, na Comissão Europeia.

5. Referências Bibliográficas

BUSTILLO, Rafael Muñoz de (dir), et al. **Indicators of Job Quality in the European Union**. *European Parliament's Committee on Employment and Social Affairs*, 2009.

BUSTILLO Rafael, FERNÁN DEZ-MACÍAS E., ESTEVE F. and ANTÓN J-I., **E pluribus unum? A critical survey of Job quality indicators**, *Socio-Economic Review*, 9(3): 447-502, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina**. *Cadernos PUC - Economia*, São Paulo, n. 11, p. 111-142, 2001.

CLARK, David A. **The capability approach: its developments, critiques and recent advances**, 2005.

DAVOINE, Lucie; ERHEL, Christine, GUERGOAT-LARIVIERE, Mathilde. **Monitoring Quality in work: European Employment Strategy indicators and beyond**. *International Labour Review*, Vol.147, n2-3, 2008

FARNÉ, Stefano. **Estudio sobre la calidad del empleo en Colombia**. OIT, 2003.

GHAI, Dharam. **Decent work: Concept and indicators**. *International Labour Review*, Vol. 142, No. 2, 2003.

GREEN, F. **Demanding work: The paradox of job quality in the affluent economy**, New Jersey: Princeton University Press, 2006.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 15 maio 2011.

SEHNBRUCH, Kirsten. **From the Quantity to the Quality of Employment: An Application of the Capability Approach to the Chilean Labour Market**. *Center for Latin American Studies Working Paper No. 9*, 2004.

SEHNBRUCH, Kirsten. *The Chilean Labor Market: a key to understanding Latin American labor markets*. Palgrave Macmillan, 2006.

SEN, Amartya. Capability and Well-Being. In: NUSSMAUN, Martha; SEN, Amartya (org.). *The Quality of Life*. Oxford University Press, 1993.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Ed. Record 2004.